



“A associação de mulheres diplomatas oxigena o Itamaraty”: uma entrevista com a embaixadora Irene Vida Gala

Entrevistadoras

Déborah Monte

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil
E-mail: deborahmonte@ufgd.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4074-5715>

Fernanda Barasuol

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil
E-mail: fernandabarasuol@ufgd.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2368-8226>

Nossa entrevistada é embaixadora e foi presidenta da Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras (AMDB) (2023-2024). Formada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), ingressa na carreira diplomática pelo Instituto Rio Branco em 1986. No Brasil, trabalhou no Departamento da África (1986-1991) e, entre 1999 e 2004, foi chefe da Divisão de África II (África Austral e lusófona). No exterior, esteve em missões permanentes em Lisboa (1991-1994); Luanda (1994-1996); Pretória (1996-1998); Nova York (2004-2007), onde acompanhou temas africanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas; Roma (2007-2011), onde foi cônsul-geral adjunta; e Acra (2011-2017), onde ocupou a chefia da Embaixada do Brasil. Em missões provisórias, esteve em Bissau (1988), Lusaca (1989) e Dacar (2002).

A Entrevista foi realizada no dia 20 de Novembro de 2023, na Faculdade de Direito e Relações Internacionais da UFGD.

Déborah: Embaixadora, obrigada por aceitar nosso convite. A *Monções* possui uma tradição editorial de trabalhar com temas fora do *mainstream* das Relações Internacionais [RI]. Foi a *Monções* que, há cinco anos, trouxe um dossiê de gênero e RI, antes mesmo, por exemplo, de existir uma área temática na Associação Brasileira de Relações Internacionais sobre gênero ou o próprio MulheRIs. Nós conhecemos o trabalho da Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras [AMDB], da qual a senhora é presidenta¹, e temos seguido a campanha pelo aumento da participação feminina no Itamaraty. Sabemos também que estas são pautas caras à senhora. Como surgiu o interesse pela temática e pela inclusão do gênero como pauta de reivindicação dentro do Ministério de Relações Exteriores; e como isso se relaciona com a sua trajetória na carreira diplomática?

Embaixadora: Quando entrei no Itamaraty, 39 anos atrás, gênero não era um tema debatido. Se me perguntam quem eram as diplomatas que foram uma referência para mim, eu penso nas minhas colegas de turma. Nós éramos dez, e acabamos formando um grupo potente. Eu acho que foi esse número expressivo, de dez mulheres em uma turma de 44, que acabou nos dando essa solidariedade, ou sororidade, para que a gente pudesse realmente se destacar em um ambiente tão masculino como o Itamaraty. Em 1993, logo no início do meu trabalho, eu servi em Luanda, durante a guerra [civil] em Angola [1975-2002], e foi ali que efetivamente começou a surgir a minha reflexão sobre questões de gênero – e sobre as mulheres mais propriamente. Porque, em meio à guerra, as mulheres angolanas pediam para participar das negociações de paz. Em 1992, o país já tinha uma missão de paz, já tinha havido um primeiro acordo, mas as mulheres não participavam dessas negociações. Logo em seguida, eu servi na África do Sul. Essa experiência na África me mostrou que as mulheres na África participaram muito ativamente nos processos de independência, na própria luta por libertação. Lá, elas conseguiam alcançar uma ação política mais relevante do que em outros lugares do mundo. Então, foi essa experiência na África que me estimulou a criar essa sensibilidade. Mais tarde, quando eu trabalhei como embaixadora em Gana, onde havia uma mulher à frente do Ministério de Relações Exteriores [Hanna Tetteh, foi Ministra entre 2013 e 2017]. Foi nesse contexto favorável que nós criamos um grupo de mulheres chefes de missão diplomática, com acesso direto à chanceler. Quando eu volto para trabalhar no Itamaraty em São Paulo, o Grupo de Mulheres Diplomatas, que havia sido criado em 2013, resolve fazer o

1 A Embaixadora Irene Vida Gala foi a primeira presidenta da AMDB, tendo exercido o cargo entre janeiro de 2023 e julho de 2024. A atual presidenta é a diplomata Laís Garcia.



documentário “Exteriores”^[2] – que muita gente não terá visto – e me convida para ser uma das entrevistadas. Era uma pauta embrionária que elas estavam construindo naquela época. A partir daí, só foi adensando o meu envolvimento com essa pauta de mulheres na diplomacia, mais especificamente dentro do Itamaraty. Em 2015, saiu um artigo do Matias Spektor [intitulado “Mulheres Diplomatas” e publicado na *Folha de São Paulo*], em que ele tratava dos assédios no Itamaraty. Isso causou muito impacto e, em 72 horas, as mulheres diplomatas reuniram relatos de assédio para mostrar que o tema era de fato importante. A partir daí, elas deram continuidade a essa organização e foram criando pautas para conversar com a administração do Itamaraty. Durante o governo [de Jair] Bolsonaro [2019-2022], a interlocução sobre gênero passou a ser quase inexistente, pois não havia espaço para isso, e o Itamaraty retrocedeu em uma série de posições relativas a essa pauta na agenda internacional. Com a Presidência de [Luís Inácio] Lula [da Silva, desde 2023], há esperança de um cenário mais favorável, como de fato estamos tendo. As mulheres diplomatas decidem constituir a Associação [das Mulheres Diplomatas Brasileiras] e me convidam para ser a presidenta, posição que assumi em janeiro de 2023. Vejam, não é o grupo de mulheres que me torna presidenta, uma vez que eu nem participava do grupo: é a minha trajetória que me aproxima dessas mulheres, que inclusive são colegas diplomatas mais jovens que eu.

Fernanda: Como você enxerga esse tema do assédio na diplomacia, embaixadora?

Embaixadora: Olha, eu acho que as denúncias feitas logo após a publicação daquele artigo trazem à tona o tema do assédio no Itamaraty, seja moral ou sexual. Como diz a [conselheira] Viviane [Rios Balbino] no documentário, micro assédios são pequenas agressões. E esse ambiente de assédio não afeta somente as diplomatas, mas também mulheres ocupando outros cargos, como oficiais e assistentes de chancelaria. É claro, a administração pública como um todo criou os mecanismos para a denúncia... Mas, sendo uma instituição tão hierárquica e masculina, realmente é um tema especialmente difícil no Itamaraty. A gente evoluiu; o tema começou a ser olhado com mais seriedade. Mas ainda é preciso avançar em duas frentes: conscientizar as mulheres para a importância da denúncia e educar os potenciais assediadores de que essa conduta não é mais tolerável. Porque, muitas vezes, há uma leitura por parte do assediador de que o que ele está fazendo é natural. E não é natural.

2 [O documentário “Exteriores: mulheres brasileiras na diplomacia” (2018), foi dirigido por Ivana Diniz e idealizado pelo Grupo de Mulheres Diplomatas, coletivo criado em 2013 e que foi a base para a criação da AMDB, que hoje reúne 70% das diplomatas brasileiras. O documentário está disponível na íntegra no YouTube: <www.youtube.com/watch?v=wLysBpHjyc8>.]



Déborah: E é uma luta que se trava em toda a administração pública e na sociedade brasileira como um todo...

Embaixadora: Justamente, mas eu acho que, por ser esse ambiente masculino e hierárquico, o Itamaraty ainda possui regras absolutamente frágeis para esses casos. Ainda há muito poder discricionário da instituição no tocante à vida dos funcionários. Então, embora a gente possa comparar com a administração pública como um todo, no Itamaraty os elementos de garantia são bem menos fortes...

Fernanda: Acho que isso se conecta com a discussão sobre o insulamento do Itamaraty. A gente sempre pensa no que isso resulta em termos de formulação de política externa, mas acaba também afetando a própria vida das diplomatas.

Embaixadora: Eu tenho dito que a AMDB ainda não conseguiu quebrar o teto de vidro da instituição, mas quebrou as paredes da opacidade do Itamaraty. Nós trouxemos para fora algumas mazelas da instituição, essa denúncia sobre o tratamento das mulheres e sobre esse poder discricionário – porque a maior vítima desse poder discricionário são as mulheres. E, ao trazer para fora essa denúncia, a gente mostra que o Itamaraty é uma grande instituição, mas que ainda tem pé de barro. Eu acho que esse é um trabalho muito positivo que temos feito: a associação de mulheres diplomatas oxigena o Itamaraty.

Déborah: E, quando se abre a porta para essa pauta, outras pautas também ganham força.

Embaixadora: De fato. Hoje em dia nós estamos passando por um processo de reflexão sobre a carreira diplomática. Entre os mais jovens no Itamaraty, existe uma grande preocupação com a ascensão na carreira. Alguns indicadores mostram que, aproximadamente 40% dos 700 secretários, que são a base da nossa pirâmide, não vão chegar à função de conselheiro pelas regras atuais. Isso significa que eles não vão ter uma possibilidade de ascensão funcional, o que é absolutamente inaceitável. Se estas cerca de 300 pessoas fracassam depois de todo o seu esforço para entrar no Itamaraty, este não é um problema delas, mas um problema da instituição. E nós, da Associação [das Mulheres Diplomatas Brasileiras], nos engajamos fortemente com essa luta. Por quê? Porque, novamente, as mais prejudicadas por esse processo são as mulheres. Então, a gente tem legitimidade para lutar pela reforma na carreira. E a gente



está fazendo coisa que o sindicato e a associação de diplomatas não estão fazendo: até agora, eles têm mostrado resistência para incorporar a pauta dos jovens³.

Déborah: E ver como a AMDB tem encampado outras reivindicações me faz pensar nas desigualdades combinadas. Eu gostaria de saber como as desigualdades de raça e gênero se combinam nesses debates e na vivência dentro do Ministério das Relações Exteriores. Qual tem sido o papel das mulheres negras nessa discussão?

Embaixadora: Quando a Associação é criada, já existe a percepção dessa interseccionalidade de gênero e raça. Por exemplo, no meu discurso de posse, eu menciono o fato de não haver indígenas no Itamaraty. Então, a nossa diretoria já assume com a responsabilidade de tentar incorporar mulheres indígenas. A pauta das mulheres negras já existia dentro do Itamaraty. O Programa de Ação Afirmativa para Negros ajudou a criar uma consciência de negritude, mas o número de diplomatas negros ainda é muito pequeno, o que acaba gerando dificuldades para manter a vinculação a essa pauta. Desde o começo, estava muito evidente para nós que as mulheres não são todas iguais. Uma coisa que eu acho absolutamente meritória e que foi feita por nós aconteceu logo no primeiro ano de criação da AMDB. A Associação foi criada em janeiro de 2023 e, em meados desse mesmo ano, começaria o processo de promoções dentro do Itamaraty. Nesse período, nós fizemos campanha das mulheres que eram candidatas à promoção. Pela primeira vez, foi feita uma lista desse tipo, pois, tradicionalmente, os nomes são sempre dispostos em uma lista sequencial, composta por homens e mulheres. Nós resolvemos mandar para as câmaras de votação essa lista que preparamos, destacando que “sim, existem mulheres, e elas estão aqui”. Nesse contexto, a gente faz uma coisa ainda mais extraordinária no Itamaraty: a autodeclaração das mulheres negras. Não havia nenhum campo assinalando, para quem fosse votar, que tal nome correspondia a uma pessoa negra. E foi muito interessante, porque na primeira lista que a gente fez, o Ministério fez questão de anunciar o percentual de negros promovidos. Ou seja, a gente colocou a pauta. É por isso que eu digo que a Associação é uma ferramenta de oxigenação: a partir do segundo semestre de 2023, o Itamaraty passa a adotar isso como prática, quando publica o primeiro relatório sobre questão de gênero, e outro sobre gênero e raça. Então, a interseccionalidade agora está presente. Nós fizemos uma outra ação a partir de uma demanda feita à AMDB: aumentar a divulgação do Itamaraty nas diferentes partes do país. Então, pensamos em promover também a inclusão de mulheres de várias regiões do Brasil, proposta que foi acolhida pelo Instituto Rio Branco, cuja

3 No final de 2023, houve uma troca na Diretoria do Sindicato dos diplomatas (ADB Sindical) e a nova diretoria, da qual a Embaixadora Irene faz parte, assumiu tendo amplo apoio e como grande prioridade o tema da reforma da carreira.

diretora era comprometida com essa causa. Ela própria encontrou os mecanismos para avançar nesses termos e, pela primeira vez, houve uma amplíssima divulgação em várias regiões do Brasil. Ou seja, a inclusão é de gênero e raça, mas é também geográfica. E, por último, a AMDB está tentando obter recursos de emendas parlamentares para um Programa de Ação Afirmativa voltado a oferecer bolsas de estudo para mulheres em geral.

Fernanda: Eu acho que essas bolsas são importantes porque o número de mulheres entrando no Rio Branco já é sempre menor que o número de homens. Isso acaba afunilando no processo de ascensão na carreira...

Embaixadora: O sistema de ascensão é piramidal, e isso acaba deixando muita gente para fora. A promoção é, alegadamente, feita com base no mérito; e é precisamente essa aferição de mérito que deixa muito espaço para o subjetivo. Porque existem critérios, mas eles só operam como pré-requisitos: cumprir esses critérios só significa que você está pré-qualificada para ascender. Nesse sistema piramidal, acontece com frequência de uma pessoa ser esquecida na condição de “qualificada”, e nunca ser “promovida”. A reforma que estamos propondo é que o Itamaraty se aproxime da administração pública nesse tema: na hora em que você cumpriu os critérios de promoção, a sua posição em outro patamar está garantida. Fora desse sistema, a pessoa progride a partir do seu empenho, não compete com mais ninguém. O sistema piramidal acaba destruindo carreiras: a pessoa perde disposição de trabalhar, perde a percepção da recompensa... Além disso, no Itamaraty, a carreira é hoje composta por apenas seis categorias; na administração pública, esse número é muito maior. O Ministério da Gestão e da Inovação [em Serviços Públicos], por exemplo, está pensando em fazer um alongamento de carreiras para 18 a 20 estágios. A gente defende esse alongamento das fases da carreira e que esse mecanismo piramidal funcione apenas em uma fase muito superior. Ou seja, não é todo mundo que vai chegar a embaixador; seria mais ou menos como no caso dos militares: nem todo mundo chega a general, mas todo mundo tem uma razoável expectativa de chegar a coronel. E, nas funções de coronel, já se desempenha uma série de atividades de grande responsabilidade. A hierarquia em pirâmide do Itamaraty faz com que você acumule tempo de carreira sem conseguir alcançar funções de maior responsabilidade. Isso é muito desestimulante... Porque as pessoas entram no Itamaraty já com algum conhecimento. Claro, a experiência, você adquire no trabalho – e o Itamaraty é uma belíssima escola para ensinar a trabalhar na lógica da política externa e da diplomacia brasileira. Mas essas pessoas não podem ficar eternamente sem ver no horizonte quando elas vão ter cargos de responsabilidade. Então, a gente precisa de uma reforma. E uma reforma também dos critérios. A gente quer que os critérios reduzam ao máximo o espaço de discricionariedade, mas permitam que a administração possa negociar com cada funcionário sua carreira. Por exemplo, se a administração busca construir um quadro



de lideranças femininas, vai dar mais peso a uma prova feita por uma mulher, ou contar 1,5 vez o tempo de trabalho de uma mulher em um posto. Agora, se a administração quer valorizar aqueles que trabalham em um posto diplomático na África, deve garantir que essas pessoas terão sua ascensão avaliada de uma forma diferente daquelas que foram trabalhar em Londres. Porque, no sistema atual, tanto faz para a avaliação de carreira se você trabalhou no Haiti ou em Londres, mas você estaria mais perto de gente poderosa em Londres – com mais chances, portanto, de fazer uma carreira mais forte. A questão é que, no regime atual, se você optou por um posto de menor relevância, será prejudicado do ponto de vista da evolução da carreira, porque os pesos são iguais na hora de avaliar a ascensão.

Fernanda: A senhora comentou que essas pautas de gênero estão ganhando força com as diplomatas mais jovens. A seu ver, isso está ligado a uma maior diversidade do corpo diplomático, ou a uma questão mais geracional?

Embaixadora: Eu acho que é uma questão social. A nossa sociedade está questionando o papel dos negros, o papel das mulheres... O Itamaraty não pode se fechar a isso. Há um componente adicional interessante: a nossa política externa tradicionalmente adota uma postura progressista nessas pautas. Então, nós temos uma contradição: o Itamaraty defende externamente uma postura progressista, mas, em seu interior, tem uma postura mais conservadora. Mas eu acho que o Itamaraty vai se curando dessas dúvidas, desses males, porque os grupos mais jovens e as pessoas mais atentas, mesmo os mais velhos e as mais velhas, estão percebendo que as pautas mudaram.

Déborah: Nós conversamos bastante sobre o etos e a estrutura do Itamaraty, a necessidade de reformas e como a AMDB tem aberto portas para que novos temas entrem na agenda. No início da entrevista, a senhora falou da desarticulação de espaços de diálogo e de políticas durante o governo Bolsonaro. Agora é o momento de reconstruir essa postura de protagonismo e progressismo – ainda que um pouco descompassado do internacional para o doméstico – nas agendas de gênero e direitos humanos. Sendo diplomata, como você enxerga os caminhos para essa reconstrução do Brasil como um protagonista nessas agendas?

Embaixadora: Olha, o que eu vejo é que o Brasil internacionalmente recuperou uma posição que sempre lhe coube. Quando o Brasil saiu de cena, não entrou outro ator. Eu acho que o mundo tinha uma demanda por Brasil: havia um espaço vazio, que não foi ocupado. A minha percepção é que nós estamos ativamente buscando reocupar esses espaços que histo-

ricamente o Brasil ocupava e retomar a agenda de onde paramos. Me parece que esses grupos conservadores internos têm menos condição de hoje definir essa posição externa do Brasil. Então eu acho que, nas agendas de gênero e direitos humanos, a gente consegue avançar bem – talvez mais até do que no espaço interno, onde a pressão das forças conservadoras é maior. No plano externo a gente tem mais autonomia para reengajar o Brasil em uma série de compromissos internacionais que eram próprios da nossa tradição, até pela percepção de que o plano externo nos ajuda a fortalecer a agenda interna.

Fernanda: Principalmente depois da mudança para o governo atual, ficou mais forte a impressão de que o corpo diplomático desempenhou um papel importante de resistência, digamos assim. Ou seja, apesar de haver hierarquia, também existe algum espaço de ação autônoma no corpo diplomático. Pensando nisso, quais efeitos a senhora esperaria encontrar a partir dessa diversidade crescente do corpo diplomático? Na sua visão, essa mudança interna poderia levar a um Brasil ainda mais atuante em pautas de gênero e raciais?

Embaixadora: Essa é uma pergunta difícil. Eu queria começar discutindo a premissa de que a burocracia do Itamaraty foi um espaço de resistência no período do governo Bolsonaro. Sendo parte dessa burocracia há 39 anos, eu acho que ela deixou a desejar; deveria ter sido muito mais resistente ao ataque institucional que foi produzido sobretudo pelo Ernesto, [Araújo, ministro de Relações Exteriores do Brasil, 2019-2021]. Essa ideia de que os diplomatas fizeram resistência de fato circula, mas, vendo lá de dentro, houve muito “adesismo” nesses quatro anos, além de uma série de posições que, confesso, eu preferia não ter visto. Durante o período de Bolsonaro, uma das coisas que me deixava muito triste – tanto com o Ernesto, quanto com o Carlos [Alberto Franco França, ministro de Relações Exteriores do Brasil, 2021-2022] – era que se tratavam de dois diplomatas atuando na desestruturação da instituição. Na minha opinião, se nós tivéssemos tido dois ministros que fossem políticos, talvez a instituição tivesse feito um pouco mais de resistência a esse ataque. Por serem de dentro da casa, essas pessoas sabiam como fazer o processo de convencimento, de cooptação das forças internas... Foi um ataque – e esse ataque foi promovido pelos próprios diplomatas. Isso dito, vocês me perguntam se a crescente diversificação do corpo diplomático pode facilitar posições externas mais progressistas. Eu acho que isso não é óbvio, porque a estrutura é pouco permissiva à formação de uma opinião que vem de baixo para cima. A nossa estrutura política é muito de cima para baixo. Se essas pessoas conseguirem chegar ao topo e eventualmente continuarem pensando do mesmo jeito, aí sim teremos mudanças. A menos que a estrutura mude e passe a ser menos *top-down*, é muito difícil criar novas visões, novas correntes. Isso eu estou dizendo em termos de política externa. É claro, a associação de mulheres e o movimento de negritude vão produzir algumas mudanças na composição dos quadros. E, como eu sempre

digo: quando buscamos diversidade nos quadros, nós acreditamos que essa diversidade vai produzir resultados diferentes. E aí é um pouco na linha do que você me perguntou: se nós conseguirmos efetivamente ter mais mulheres, mais negros, é possível que a gente faça uma revisão das linhas de política externa, mas não só na área de direitos humanos. É um pouco o que temos trabalhado como uma política externa feminista. Quais seriam os elementos de uma política externa feminista? A gente precisa ver se essas mulheres, se esses negros, se essas minorias vêm produzir uma ruptura do discurso e da prática. Porque, se for para fazer a mesma coisa, não faz muito sentido. Vamos ter mulher lá [no Itamaraty] que vai ganhar um salário que hoje elas não ganham porque os lugares mais poderosos são de homens – mas a gente não quer só representatividade: a gente quer a diversidade no olhar sobre as soluções. Se costuma dizer que 50% da população brasileira vive os efeitos da inserção do Brasil no sistema internacional, mas não participam da formulação disso, dos parâmetros definidores dessa inserção. Nós acreditamos que, na medida em que passam a fazer parte dessa formulação, as mulheres podem oferecer respostas alternativas. Indo para outro campo da pergunta de vocês, eu acho muito interessante ver como o presidente Lula, mesmo sendo homem, é disruptivo na forma de navegar o internacional – talvez pelo próprio fato de vir de um ambiente de diversidade, sendo nordestino... E, ao chegar à Presidência, ele faz uma outra leitura do sistema internacional e apresenta uma outra proposta. De modo análogo, eu acho que a maior participação das mulheres na formulação da política externa também traz essas leituras disruptivas.

Fernanda: Eu tenho a impressão que ele representa muito bem essa ideia de que o Sul Global desempenha um papel importante na política externa brasileira. Vai ser muito interessante a gente ver também esse “Sul Global” mais bem representado no corpo diplomático.

Embaixadora: Eu acho que nós não podemos ficar presas à discussão sobre representação. Temos que ir muito além. Claro, a representação é a nossa base, mas precisamos trabalhar o conteúdo disso. Por isso, a Associação resolveu investir no nosso podcast “Mulheres no Mapa”^[4], que busca dar voz às mulheres para falarem sobre política externa. Também apoiamos o Observatório de Política Externa Feminista Inclusiva^[5], que tem por objetivo pensar qual é a

4 [O podcast “Mulheres no Mapa” foi criado em 2023 pela AMDB, em parceria com o Observatório de Política Externa Brasileira da Universidade Federal do ABC (UFABC) e o Núcleo de Pesquisa em Política Externa Latino-Americana (NUPELA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).]

5 [O Observatório de Política Externa Feminista Inclusiva (OPEFI) foi criado em 2023, com apoio da AMDB, parceria institucional com o Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e da Open Society Foundation. O site oficial do OPEFI está disponível aqui: <https://opefibr.com/>]



contribuição das mulheres na produção de política externa. Não é só uma preocupação sobre representatividade que está no fundo: havendo mais mulheres, nós vamos ter condições de apresentar o nosso ponto de vista de forma mais sonora. Porque, se uma mulher está em um ambiente marcadamente masculino, a voz dela morre ali. Então, eu acho muito importante a gente separar representatividade de conteúdo da ação. E penso ser fundamental trabalhar nessas duas frentes no Itamaraty.

